

EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

1. ANULAÇÃO:

- DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO EM VIRTUDE DE **ILEGALIDADE**.
 - ↳ ATINGE DESDE SUA ORIGEM = TEM EFEITOS **RETROATIVOS**.
(**EX TUNC**)
- PODE SER REALIZADA PELA ADMINISTRAÇÃO (DE OFÍCIO) OU PELO PODER JUDICIÁRIO (PELA DEVIDA AÇÃO COM ESTA FINALIDADE)
- NÃO SE ADQUIRE DIREITO DE UM ATO ILEGAL.
 - ↳ MAS DEVE SER CONSIDERADO O DIREITO DE DEFESA DO AFETADO.

2. REVOGAÇÃO:

- DESFAZIMENTO DE UM ATO **VÁLIDO** E DISCRICIONÁRIO QUE SE TORNOU INCONVENIENTE E INOPORTUNO.
- NÃO HÁ ILEGALIDADE → NÃO POSSUI EFEITOS RETROATIVOS (É **EX NUNC**)
- SÓ PODE SER FEITA PELA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO
- NÃO PODER SER REVOGADOS:
 1. ATOS VINCULADOS
 2. ATOS QUE EXAURIRAM SEUS EFEITOS
 3. QUANDO JÁ SE EXAURIU A COMPETÊNCIA RELATIVA A SEU OBJETO.
 4. MEROS ATOS ADMINISTRATIVOS
 5. ATOS QUE INTEGRAM UM PROCEDIMENTO
 6. ATOS QUE GERAM DIREITO ADQUIRIDO

3. CASSAÇÃO:

- DESFAZIMENTO DE UM ATO **VÁLIDO** EM VIRTUDE DO DESCUMPRIMENTO PELO BENEFICIÁRIO DAS CONDIÇÕES QUE DEVERIA MANTER.
(= SANÇÃO CONTRA O ADMINISTRADO)

EX.: CASSAÇÃO DA CARTEIRA DE MOTORISTA POR EXCEDER O LIMITE DE PONTOS.

4. CADUCIDADE

- É A EXTINÇÃO DE UM ATO ADMINISTRATIVO EM DECORRÊNCIA DE INVALIDEZ OU ILEGALIDADE **SUPERVENIENTES**
 - ↳ POR UMA LEGISLAÇÃO NOVA.

5. CONVALIDAÇÃO

- POSSIBILIDADE DE **CORRIGIR** / **REGULARIZAR** UM ATO ADMINISTRATIVO QUE POSSUA DEFEITOS SANÁVEIS (SÓ **COMPETÊNCIA** OU **FORMA**)
- TEM EFEITOS RETROATIVOS (**EX TUNC**)
 - ↳ P/ MANTER OS EFEITOS JÁ PRODUZIDOS E PERMITIR QUE ELE PERMANEÇA.
- **CONDIÇÕES:**
 1. NÃO LESIONE O INTERESSE PÚBLICO
 2. NÃO CAUSE PREJUÍZOS A TERCEIROS
 3. DEFEITOS SEJAM SANÁVEIS
 4. DECISÃO DISCRICIONÁRIA
(PODE OU NÃO CONVALIDAR)

atos
ADMINISTRATIVOS